



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Combro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL

Endereço telegráfico: Talha — Lisboa • Telefone 5339

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

A BATAVIA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

O CUSTO DA VIDA

O comércio não desistiu do seu propósito de nos arrancar a pele. O comércio não desistiu. Só não nos rouba quando inteiramente não pode.

Durante uma ou duas semanas, o comércio pareceu profundamente arrependido dos seus crimes de seis anos. O custo da vida começou a baixar em alguns géneros de mercearia. O tendeiro já nos dizia, gozando a nossa com-moção: «temos aqui açúcar a dez tostões, batatas a sete e meio...». E nós preparavamo-nos para levantar cabeça, para desempenhar o que estava no prego e voltar aos saudosos tempos dos dois pratos ao jantar. Isto agora é que ia...

Mas, surgiram logo os industriais a dizer que os operários estavam ricos com o pataco que não gastavam, e que os seus salários deviam diminuir. E os trabalhadores ficariam ainda pior do que nos dias em que a carestia atingiu o descalabrado máximo.

E assim, nestas comoeções, produzidas pelo período hesitante que atravessamos, não sabemos o que seria melhor, se a alta se baixa.

O comércio, porém, passado os primeiros sustos que as oscilações do câmbio lhe pregou, volta a fazer subir o preço dos géneros numa velocidade incrível, ameaçando já alguns deles ultrapassar os preços máximos que tinham alcançado.

E' tam descarada a alta forçada que o comerciante honrado está provocando que os géneros sobem, pulam dum dia para o outro, sem que haja razão que justifique tam criminoso procedimento.

O povo já está cansado de tanta infâmia, de tanta falta de carácter revelada pelo comércio da nossa terra. Esta baixa de preços, seguida dum alta súbita, indignou mais do que se os géneros nunca, por momentos, tivessem baixado.

Vê-se que se apossou do comerciante uma verdadeira febre de ganho. O proletariado, porém, deve estar alerta. Para baixo tudo, para cima nada. A alta de preços não há nada que a justifique.

Contra os mouros? Contra os espanhóis?

As tropas espanholas são enviadas para o mato-douro de Africa

A Espanha anda empenhada há anos em conquistar Marrocos. Nem sempre os ventos lhe tem sido favoráveis. De quando em quando há um desastre, que abate as fanfarronadas dos patriotas. O desastre que a Espanha burguesa acaba de sofrer tornou-se num autêntico desastre para o povo. E' este sempre quem paga todas as calamidades.

A burguesia espanhola, revoltada contra a derrota que as suas tropas sofreram, começou a fazer, na própria Espanha, a verdadeira caça ao homem. Está despejando na costa de Africa, navios e navios que para ali vão carregados de gente moça, que nada tem que ver com Marrocos, que nada tem interesse em conquistar Marrocos. O interesse em subjugar os mouros, se o há, é da parte dos grandes capitalistas, das grandes empresas que procuram estabelecer em Africa o seu comércio para, roubando-os, civilizar os desgraçados mouros...

O povo que se bate, que morre das balas e da ardentia do sol continuará na miséria, será tam escravo como seriam os mouros subjogados.

Como em todas as guerras, a supressão da liberdade de pensar é logo imposta pelos governos. A imprensa espanhola está sujeita a censura, para que a população não saiba o que se passa, quantos massacres tem havido, quantos inocentes tem sido varados pelas balas homicidas.

Assim, a Espanha faz guerra aos mouros e guerra aos espanhóis. As tropas que iam a bordo de um navio para reforçar a guarnição de Melilla revoltaram-se, não quiseram colaborar no massacre, nem arriscar a vida por uma causa que não é a sua.

O navio onde essas tropas iam teve que seguir à força, ameaçado pela artilharia de dois destróieres. E' realmente o envio de carneiros para o matadouro. Não se permite aos homens ter uma consciência, agir livremente.

A ordem que lacrimosamente o telegrama diz ter sido restabelecida, é uma ordem de morte, é uma ordem homicida. A ordem burguesa: Morrerás, quer queiras quer não!

Em volta do Congresso

DA
Internacional Sindicalista

Monatte declara terminantemente a Tommasi, um dos três delegados franceses, cujo nome aparece assinando a moção de Moscúvia, que esta já mais se rá aceite pelos sindicalistas franceses

Vindo da Rússia, Tommasi, um dos três delegados franceses ao Primeiro Congresso da Internacional Sindicalista e cujo nome aparece assinando a já célebre moção de subordinação do movimento operário ao partido comunista, teve com Monatte na sede dos sindicatos de Paris uma breve conversação sobre as suas impressões.

«A minha impressão sobre o Congresso de Moscúvia, disse elle, não pode ser optimista. Deixei o Congresso no fim da oitava sessão, depois de ter defendido o principio de autonomia preconizado pelos sindicalistas franceses. Durante a discussão muitas concessões foram feitas pelos russos ao nosso ponto de vista. Obtivemos, por exemplo, que no artigo 5.º dos estatutos fosse suprimido que se devia reconhecer a Internacional Comunista como dirigente da Internacional Sindicalista. Quando parti a moção ainda não tinha sido votada (1).»

Na minha opinião, ela não devia ser uma ordem, mas sim uma indicação. Porém, depois do que sucedeu considero indispensável um Congresso, a não ser que Moscúvia nos dê as explicações necessárias. Não há dúvida que o principio da subordinação, da aliança ou de simples laços entre os partidos comunistas e os sindicatos no âmbito das nações ou entre as duas Internacionais não é aceitável. Se Moscúvia insistir, o sindicalismo francês, continuando contra Amsterdam, não aderirá a Internacional dos sindicatos vermelhos, e conservar-se há na expectativa.

Nesta altura Monatte, interrompendo-o, disse-lhe com calor e firmeza que o conteúdo da moção de Moscúvia já mais seria aceite pelo sindicalismo francês.

Tommasi, passando depois a falar sobre a situação do regime bolchevista, declarou que este se encontra sólido, pois que a grande massa dos camponeses, embora seja contrária ao comunismo, é favorável aos soviets. Os chefes da revolução esperam três offensivas: uma militar especialmente da Polónia e da Roménia; uma reacção no interior (a todas as tentativas de fazer avançar mais para a frente a revolução, tem elles chamado reacções, e por isso ficamos sem saber de que natureza se rá esta agora); e a terceira e a mais grave a miséria causada pela má colheita na região do Volga.

C. G. T.

Comité Confederal

Hoje, pelas 21 horas precisas, reúne o Comité Confederal, a fim de se ocupar de vários assuntos urgentes.

CONFERENCIAS

«A pureza»
O dr. sr. Faria de Vasconcelos effectua amanhã mais uma conferencia sobre A pureza, da serie «Problemas e questões morais da nossa época», na IV Secção da Universidade Popular, instalada na Associação dos Fabricantes de Armas, ao Campo de Santa Clara, 87, 1.º.

A entrada é pública.

Estúpida perseguição

As autoridades de Serpa proíbem uma festa dos rurais e a inauguração de um sindicato

Recebemos ontem o seguinte telegrama:

«SERPA, 8-T.—As autoridades de Serpa acabam de proibir a realização da festa do aniversário da Associação dos Trabalhadores Rurais de Serpa e da inauguração do Sindicato da Construção Civil. Os delegados da Confederação Geral do Trabalho, da Federação da Construção Civil e da União dos Sindicatos Operários de Beja conferenciaram com as autoridades que mantiveram a recusa.»

E' extraordinário este procedimento das autoridades. Se uma festa operária e a inauguração dum sindicato fizessem perigár a estabilidade da república, compreendia-se tal resolução. Mas tratava-se dum simples festa, dum sessão onde decerto não se ia decretar a morte dos assassinaes da república.

O gesto das autoridades não chega a ser revoltante, porque é simplesmente estúpido. Estúpido é o verdadeiro termo.

Pela política

Pedi a demissão o ministro do comércio dr. sr. António Granjo, por discordar do seu colega da guerra no seu procedimento com respeito aos officiaes milicianos.

Com a opposição do dr. sr. António Granjo fica muito enfraquecido o apoio parlamentar ao governo que, por esse motivo, tem já contados os seus dias de vida.

Soma e segue...

PELA LIBERDADE CONTRA A DITADURA

Um apelo dos anarquistas russos ao proletariado de todos os países

Camaradas: a guerra imperialista de quatro anos e a guerra civil que dura quasi três reduziram o nosso país a um estado de completa miséria.

A guerra civil, que tem esgotado todas as energias da Rússia revolucionária, não é motivada somente pela contra-revolução interna, nem somente pela burguesia russa; os maiores responsáveis desta guerra são os governos rapaces da Entente, que não perdem ocasião, por pequena que seja, de procurar esmagar a nossa revolução.

A Entente atacava-nos e continua a atacar-nos, directa e indirectamente. Ela apoderava-se há pouco do norte da Rússia; ella sustentava, abertamente, as legiões checoslovacas na Sibéria; ella mantinha Koltchak, Denikine e Yudenitch; ella ajudava contra nós os pequenos Estados vizinhos, e ella, com o seu infame bloqueio, impunha a fome a nossos fillos. Mas todos esses crimes e ainda muitos mais, fracassaram ante a resistência e o valor do proletariado revolucionário. Contudo, a Entente, poderosa, dona do mundo, não depois as armas, não perdeu a esperança de aniquillar a nossa revolução e de restabelecer a putrida democracia.

Além disso, ajudou o general do antigo império, o barão Wrangel, a congregar as forças contra-revolucionárias; lançou contra nós a Polónia; incitou a Roménia, a Hungria e outros países, e continua ainda fornecendo officiaes, armas e dinheiro a todos os inimigos da Rússia revolucionária.

Companheiros: o nosso heróico povo tem-se extenuado na luta, morre de fome, carece de medicamentos e aspira à paz e à normalização da sua vida económica. Para si necessita do vosso apoio, do vosso enérgico socorro revolucionário.

Ajudai-nos, quanto antes!
Nós, anarquistas-sindicalistas da Rússia, mais gratos às perseguições que sofremos da parte do governo socialista, apesar do nosso completo desacordo com a politica do partido governamental, apesar da nossa negação de ditadura...

G. Maximoff, E. Jarielouse, S. Markus

EM AJUSTRE

O povo vai a casa dos lavradores buscar a farinha

ALJUSTREL, 5.—E.—De há muito que se vem sentindo nesta localidade a falta de pão. Na verdade existe aqui um celeiro municipal que tem servido para engorçar os vidicinhos politicos de diferentes cores. O actual administrador do concelho tem sido incansável para abastecer o celeiro, o que tem sempre conseguido depois de muito trabalho.

Ultimamente, os senhores lavradores tem-se tornado umas verdadeiras feras, pois estavam dispostos a matar a fome o pobre escravizado, para quem a vida é um val de lágrimas, guardando criminosamente nos seus celeiros o trigo da colheita de 1920 que sonegaram ao consumo publico.

Havia já dois dias que o povo implorava pão com o dinheiro na mão, mas os grandes potentados riam-se confiadamente na G. N. R. Mas, cruel illusão! é que os soldados tambem comem pão...

Na quarta-feira, os mineiros resolveram não baixar as minas pois ao dirigirem-se ás officinas, avistaram na estrada quatro carros que seguiam para a estação carregados de farinha.

Os trabalhadores apoderaram-se dos carros e foram junto das autoridades exigir a venda immediata da farinha pelo povo apreendida, e solicitando providências immediatas. O administrador, sr. Manuel Candeias, disse sem rebuço ao povo que os detentores dos cereais não se importam com o povo e que o povo tem fome.

Em seguida o povo, acompanhando o administrador do concelho, começou fazendo a requisição de carros para ir aos montes intimar os lavradores a cumprir os seus deveres.

Seriam 14 horas quando o povo se dirigiu para o Monte Grande, propriedade do abastado lavrador António Bartolomeu, num numero aproximado a 500 homens de todas as classes trabalhadoras. Ai, depois de muita palavra mal empregada, resolveu-se o honrado lavrador a mandar medir o trigo. Dos 40.000 quilos que devia ao celeiro, entregou perto de 9.000. Depois seguiu para os Barradinhas, monte do sr. A. Banzo, que insultou a autoridade com toda a casta de obscenidades, sendo necessária a intervenção do povo, e haveria sérias consequências se o administrador não fosse tam prudente.

Em seguida seguiu o povo para a aldeia de Rio de Moimhos, sempre a pé e debaixo da acção de um sol torrificante.

Ontem de novo o povo se juntou a porta do sr. Candeias, marchando para a Córte onde o lavrador Costa se portou mal, resistindo a guarda, não sabendo que era a autoridade militar e civil que acompanhava a multidão.

No Monte dos Lanças tambem requisaram trigo. Nas Pedras Brancas, propriedade do sr. A. da Palma, a requisição que devia ser de 80 moios, limitou-se a 10.

Está garantido o consumo por alguns dias, pelo preço de 40 o quilo (antiga tabela).

Os politicos começam envenenando

Perante a crise industrial

As classes mobiliárias de Lisboa reúnem hoje para resolver em harmonia com a situação que lhes estão criando

Tem sido as classes mobiliárias daquelas que nos últimos tempos mais tem sentido a crise industrial.

A contradizer, porém, as afirmativas dos negociantes da mobilia e entidades officiaes, que pretendem convencer-nos da naturalidade da crise actual, pela razão de rarearem as encomendas e escaasarem as matérias primas, há o facto de ser consentido neste momento a exportação das madeiras nacionaes exóticas (7), segundo uma portaria publicada recentemente, e ainda a concessão de madeira de pinho, o que tambem vem afectar grandemente os interesses da industria nacional.

Não fica por aqui a insensatez dos de cima, pois que nos chega ao conhecimento que uma «barca» chegada ultimamente ao Tejo com algumas toneladas de madeira do Brasil, própria para mobiliário, a descarregou para outro barco a carregar e conduzir a um porto estrangeiro, porque aqui... não houve compradores.

Por outro lado, a empresa de hotéis do Estoril, que quando da apresentação dos projectos e «maquetes» dos mesmos hotéis, pretendia a título de incapacidade profissional da industria portugueza, importar do estrangeiro todo o mobiliário de que necessitava, isento de taxa alfandegária, o que não conseguiu devido à acção tenaz da organização mobiliária de então, vem agora renovar essa tentativa, estando, ao que nos consta, esse negocio em vias de ser effectuado, devido ao silencio que o tem envolvido.

Os patrióticos negociantes da mobilia, que habitualmente conservam os seus armazens guardados, tem-nos agora quasi vazios e parece desconhecemos os casos aqui indicados.

O ministro do comércio, a quem a Federação Mobiliária, há 10 dias, pediu uma entrevista a fim de ser ouvida sobre a questão das madeiras, faz ouvidos de mercador, esperando talvez que a exportação de madeiras e importação do mobiliário estrangeiro seja um facto consumado.

E as classes mobiliárias, que sentem agravar-se a sua situação já difficil, a convite do seu Sindicato reúnem hoje, na sua sede, ás 21 horas, a fim de resolverem o caminho a seguir.

O caso dos navios de guerra

A protecção que o Estado dispensa à industria nacional...

Acaba o Estado de apressar no parlamento um pavoroso deficit. O Estado burguez está falido; não pode meter-se em cavalarias altas.

No entanto, para contentar meia dúzia de individuos que à custa do povo vão gozar e passear, continua o Estado no firme propósito de enviar à Itália o navio Guadiana, para coarctar. Já a bordo do referido navio se encontra muito material de embarque.

Segundo nos informam, as reparações a fazer são simples, rudimentares e, feitas em Portugal, representariam para Estado uma despesa infinita se compararmos com a que vai fazer a Itália. Para o Adamastor foram pedidos orçamentos a várias casas portuguezas, porém, esse pedido parece ter sido feito para inglês vêr, porquanto o mais provável será tomar o mesmo caminho que o Guadiana vai tomar.

E' assim que se manifesta o patriotismo desta gente que quer à força que os outros sejam patriotas!

A attitude da organização metalúrgica do Porto

PORTO, 4.—E.—Reúniu o Conselho Técnico e de Melhoramentos do Sindicato Unico Metalúrgico, o qual, entre outros assuntos, aprovou por unanimidade uma moção com as conclusões seguintes:

«1.º Que se enviem telegramas aos ministros da marinha e trabalho, protestando contra a pretensão de enviar a consertar navos a Itália, quando há no país grande quantidade de metalúrgicos sem trabalho; 2.º Que se officie à Federação Metalúrgica dando-lhe conhecimento desta resolução, e dando-lhe o seu incondicional apoio em todas as resoluções que a mesma resolve por em prática, tendentes a obstar a que tal monstruosidade se pratique.»

Por tal motivo foi enderegado ao ministro da marinha e do trabalho, o seguinte telegrama:

«Sindicato Unico Metalúrgico do Porto protesta contra a pretensão do conserto de navios em Itália, quando há crise em Portugal.»

U. S. O.

Comissão Administrativa

Reúne hoje, pelas 21 horas, a fim de se occupar dos vários e importantes assuntos em trânsito e dar posse aos camaradas que foram nomeados para os cargos vagos na última reunião do Conselho, pelo que tambem devem comparecer à hora acima indicada.

tudo, mas o povo está alerta, pronto a fazer vingar os seus direitos.

Foi um soberbo acto este do povo tratar dos seus interesses, servindo-se da acção directa.

Mas os «videirinhos» politicos incitam os donos da terra contra a ordem em favor da desordem.

Nos arraiallos politicos está tudo nublado. E' que foram os potentados os atirados. Informarei do ocorrido, pois isto segue com certeza.

NO PORTO

O CONGRESSO DO PROFESSORADO PRIMARIO

A questão dos Estatutos e respectivas propostas baixam ao estudo duma comissão, que será oportunamente apreciado

Procede-se à eleição do Conselho Central sendo o sr. Manuel Barroso reeleito secretário geral da União

PORTO, 6-C.—Depois do sr. Joaquim Cunha manifestar a sua discordância com subscrições a favor do orfão de António Mananças, visto que o professorado primário devar o exemplo da solidariedade humana, pelo que propõe antes que se crie um fundo de reserva da União para a educação daquelle mesmo orfão,—é lida uma saludação ao Congresso enviada pelos empregados do comércio e pelo jornal da sua classe A Vida. Como o sr. Almeida Costa apresente umas emendas para a actualização dos Estatutos da União, é requerida a prioridade para a proposta do sr. Neves Rodrigues sobre o mesmo assunto.

O sr. Carlos Gomes, porém, acha pouca vantagem em se alterar agora os Estatutos, julgando melhor serviço o nomear-se uma comissão para os estudar e, feito um apanhado de todas as propostas e alvites no sentido da desejada modificação, apresentar-se um trabalho perfeito, em que se consubstancie as aspirações de todos, no próximo Congresso a realizar-se. E' também de opinião que a escolha do secretário geral deve recair num colega de Lisboa, pois só assim é que melhor se poderá trabalhar em benefício da classe. O sr. Almeida Costa, em face de reconhecer naquela altura que já não há tempo de se discutir a remodelação dos Estatutos, pede, pelo menos, para que seja aumentada a cota para \$50 c, pelo Congresso, seja nomeado o futuro secretário geral da União.

O sr. Manuel da Silva vaticina que se a escolha dos corpos directivos não for bem feita, disso resultará a morte da União, assumindo a responsabilidade da sua afirmação, motivo porque, depois do Congresso de Coimbra, entende ser de utilidade a alteração do diploma estatutário.

Em virtude do Congresso insistir para que o orador justifique a razão da sua profecia, elle declara que não está no campo pessoal nem tampouco pensa nele-então. Depois, se tal se der, verán. Após viva discussão foi dada a matéria por discutida, baixando a questão dos Estatutos e respectivas propostas ao estudo duma comissão, que, depois de publicado no órgão da classe, será oportunamente apreciado. Passa-se, portanto, à eleição do Conselho Central pelo antigo sistema previsto pelos vellos Estatutos da União, isto é, cada distrito nomear o seu delegado. Em consequência do adiamento da hora, não se concluiu a aludida eleição, ficando para a sessão seguinte.

5.ª sessão

A 5.ª sessão abre-se com a mesma presidencia. Enquanto se procede à conclusão da eleição do Conselho Central, o presidente dá uma verdadeira lição de moral aos congressistas, exortando-os a que se mantenham na mais elevada postura e na mais nobre das tolerâncias, reparando os excessos transactos e dignificando-se aos olhos de todos, porque na véspera ouvirá a alguns elementos operários censuras à conduta pouco airoza seguida pelos delegados. «E, sejam francos, tiveram razão—exclama o presidente. Como mentores duma educação que deve ser o mais levantada possível, solicita que, ao menos nas últimas sessões, se dê uma prova de intelligencia e de tino, aproveitando-se qualquer coisa agora já que antes nada se fizera.

«Esqueçamos tudo, porque tudo quanto se deu não passou dum tempestade num copo de água a revelar a vontade de todos, a um tempo—e eis o deficit—quererem fazer muito... e depressa». Felizmente—e di-lo com satisfação—um unido do pr. fessorado é um facto e cada vez maior.

Feita a prática, é dada conta ao congresso dos resultados da eleição do Conselho Central, que ficou assim constituído: Cesário Cruz, de Avei.; José Augusto Mendes Cabral, da Guarda; Carlos Alberto Pinto de Abreu, de Coimbra; Domingos Cunha, do Porto; José Francisco Cabrita, de Faro; José Luís Guerra, de Évora; Manuel Bartolomeu Pereira, de Santarém; António Alves Manso, de Castelo Branco; João da Silva Arga, de Viana do Castelo; Dionísio Martins, de Braga; Carlos da Silva Barreira, de Vila Real; Bernardo Correia de Almeida, de Leiria; Julião Antunes Matos, de Viseu; Cesário Augusto Marques, de Portalegre; Manuel Marques Serrão, de Beja; e Ernani Amadeu Fábão, de Bragança. Estes professores eleitos foram ovacionados com uma salva de palmas e vivas à União.

Protesta-se contra todos os factores da corrupção moral

São lidas várias saudações, entre ellas as dos empregados do Estado, de Braga.

O sr. António Rodrigues de Oliveira, antes da ordem do dia, refere-se a lei 449 a propósito de nomeações de professores em Lisboa e Porto, e requer para que se represente ao ministro da instrução pedindo-lhe para que coloque

os professores que tenham direito a isso.

O sr. António Moura, do Bombarral, num breve discurso, afirma que se não deve apenas tratar dos interesses exclusivistas duma determinada classe, mas tambem olhar para o que se passa na sociedade em geral, erguendo bem alto o principio de humanidade e moralização. Neste sentido, apresenta o seguinte documento, que foi aprovado por aclamação:

«Considerando que todos os espiritos bem formados são concordes em que a sociedade de presente está evadida de uma profunda corrupção moral; o Congresso do Professorado Primário, reunido na cidade do Porto, condena formalmente como principais factores dessa corrupção: 1.º a venda livre de todas as bebidas alcoólicas; 2.º as sessões a representações de carácter desmoralizador; 3.º as touradas, como antídoto dos sentimentos que devemos ter para com os animais; 4.º a prostituição como mancha indelevel da civilização actual.

O sr. Almeida Costa apresenta um aditamento, igualmente aprovado, pelo qual considera mais estes factores como agravando a corrupção moral em referência—as publicações e estampas pornográficas, bem como aquellas que versam aventuras policiaes—manifestando-se o Congresso pela sua absoluta proibição.

O sr. António Maria de Carvalho chama a atenção para o valor dos quadros de geografia para as escolas, de sr. Gil Filgueira, já numa outra sessão apresentados pelo sr. António Fernandes, de Santarém, sendo aquelles trabalhos bastante elogiados. A seguir tratase da situação dos professores impossibilitados na grande guerra, ficando resolvido reclamar-se do governo as convenientes atenções para essas vítimas do dever, aposentando-os logo que tenham pelo menos 5 anos de serviço.

E' novamente combatido o ensino religioso nas escolas

Apesar do caso do ensino religioso nas escolas e da existência destas sob a direcção de congreganistas ter ficado resolvido em outra sessão, em que se aprovou uma moção pedindo para que se encerrassem os estabelecimentos de ensino religioso e clandestinos, o sr. Silva Mendes pretende fazer ouvir aquella moção do sr. António Rodrigues de Oliveira, esforçando-se porque o Congresso cante numa incoerência e numa reviravolta rápida de resoluções.

Para isso, depois dumas frases rendilhadas de efeitos atraentes, apresentou uma proposta com a seguinte doutrina: 1.º, que o presidente convide os illustres representantes da imprensa a rectificar a informação que diz que o documento de sr. António Rodrigues de Oliveira foi aprovado por maioria e não por aclamação; 2.º, que o professorado primário, afirmando o seu respeito pelos verdadeiros principios de liberdade e tolerancia, emita o voto de que deve evitar trazer aos congressos discussões de carácter politico e religioso.

O sr. António Rodrigues defende calorosamente a sua moção da véspera, reabrendo novamente manifestações e havendo apóstrofes violentas entre diversos congressistas. A custo, o presidente recupera a ordem, lamentando que, a final, as suas palavras do principio da sessão não fossem sentidas e interpretadas cabalmente no decorrer dos trabalhos. No entanto, espera que para o futuro os factos se não repitam.

Regitada a proposta do sr. Silva Mendes, o sr. Francisco José Cardoso pede ao sr. presidente para que lhe conceda a palavra como jornalista dum jornal pedagógico.

Consultado o Congresso, este manifesta-se favoravelmente.

Então o sr. Francisco José Cardoso começa por agradecer a deferencia da assembleia, tanto mais que em magnas reuniões daquela natureza nunca lhe fora regateada essa liberdade. E' provável que no Congresso tenha havido casos de exaltação e mesmo excessos, mas involuntariamente e próprios das grandes assembleas. Contudo, na sua opinião, houve só um facto culminante, profundamente significativo e impressivo, que nobilitou, por si só, o Congresso: esse facto foi a manifestação de outrem contra o ensino religioso nas escolas. Depois, cita que um Congresso do professorado em França, a mãe da sciencia e do progresso, e onde estavam as mais altas mentalidades, foi reconhecido e defendido o critério racional de que nas escolas se não deve ensinar qualquer dogma religioso. Na escola se deve ser admitido este principio: a Sciencia, a sombra da qual a criança desenvolverá a sua intelligencia em formação. Nem a escola, nem o Estado, nem a familia tem o direito de impor convicções; quando a criança chegar ao uso da razão, depois de conveniente educação e instrução pela escolha livremente, conscientemente, as doutrinas abstratas que quizer perfilhar. E' neste sentido que se deve reclamar ao Estado, o qual deve facilitar e basear o ensino no método scientific e racional. Termina o seu discurso com estas incisivas frases: «Que as escolas tenham

